

Introdução

No âmbito da preparação do Debate Nacional sobre Educação, a “aprendizagem ao longo da vida e desafios do emprego” foi identificada como uma das áreas temáticas estruturantes da reflexão a propor. Face ao diagnóstico formulado, identificávamos alguns tópicos que poderiam merecer a atenção dos participantes do Debate: organização da educação escolar, diversidade de formações de nível secundário, pós-secundário e superior, qualificação profissional, educação de adultos, reconhecimento e certificação de competências orientação escolar e profissional, transições e interfaces escola/empresas ou aprendizagem/trabalho, contextos educativos não formais e participação de outros actores educativos. Para facilitar o tratamento das diferentes vertentes desta problemática, formulámos quatro perguntas:

1. O que fazer para que as pessoas, as famílias e as entidades empregadoras – de modo especial os mais desfavorecidos, os adultos menos escolarizados e as PME – valorizem e invistam mais na educação e formação?

2. Como melhorar os níveis de sucesso e a relevância da formação técnica e profissional dos jovens e adultos?

3. Que dinâmicas de cooperação entre instituições com capacidade educativa podemos lançar ou reforçar, em cada comunidade, para proporcionar a todos melhor aprendizagem ao longo da vida?

4. Que formação para os novos empregos? Como melhorar a preparação dos jovens para a iniciativa, o empreendedorismo e a inovação?

Numa primeira etapa do debate, a importância atribuída não pareceu ter a correspondente adesão de iniciativas e contributos espontâneos expressamente dirigidos a esta área. Neste contexto, a Comissão Organizadora entendeu estimular a participação de um conjunto de actores mais directamente envolvidos, realizando algumas audições e solicitando contributos e depoimentos.

E em boa hora o fez, pois a iniciativa acabou por se revelar bastante fecunda, justificando a decisão de avançar com a compilação e difusão dos principais contributos. Pelo seu carácter mais consistente, sistemático

¹ Conselho Nacional de Educação

e aprofundado, entendeu-se privilegiá-los nesta publicação, apesar de não esgotarem a diversidade de contributos e opiniões expressas sobre a “aprendizagem ao longo da vida” nos debates e contributos das restantes áreas em que se organizou o Debate.

A sua leitura não deverá, pois, esquecer esse pano de fundo em que se integram.

Globalmente, foi possível identificar alguns “nós críticos” ou áreas ainda não devidamente consolidadas, em especial:

- a qualidade da educação fundamental (particularmente a educação pré-escolar e o ensino básico), como garantia para facilitar o posterior investimento contínuo em educação e formação;
- o alargamento da escolaridade até ao 12º ano ou equivalente, diversificando as vias de qualificação de jovens e adultos e procurando a sua dignidade;
- a criação de um sistema integrado de educação e formação de adultos, articulando diferentes modalidades de intervenção (educação/formação, RVCC, etc), bem como a certificação profissional;
- os novos públicos que as instituições de educação e formação, dos diferentes níveis, têm tido dificuldade em tocar;
- a adopção de uma formação de espectro amplo, baseado em “conhecimentos, aptidões e competências” estruturantes, capazes de responder às exigências de empregos de perfil incerto e em rápida mutação e que facilitem continuar a aprender.

Sendo consensual a assunção da importância da aprendizagem ao longo da vida para enfrentar os desafios que as sociedades contemporâneas colocam aos cidadãos, é ao nível da operacionalização que, com frequência, os (aparentes) consensos de princípio se esbatem, tornando-se evidentes os desencontros e dissensões, seja na ordem de prioridade a atribuir, seja nos modos de resolver os problemas.

Assim, e ainda que nem sempre de modo suficientemente concreto ou revelando alguma dificuldade para identificar formas eficazes de ultrapassar obstáculos estruturais e realidades que resistem à mudança, foram apontadas pelos intervenientes no DNE várias propostas. Em síntese, parece-nos que apontam no sentido de requerer uma estratégia nacional de ALV que valorize a importância das primeiras etapas do percurso educativo (em especial uma educação pré-escolar e básica de qualidade), bem como da interface escola/empresas ou aprendizagem/trabalho, de recomendar uma mudança da organização do sistema de formação de jovens e adultos e de reconhecimento, validação e certificação de competências (RVCC), propondo-se, também, a cooperação entre instituições locais como forma de rentabilizar os recursos, atrair públicos e melhorar os resultados.

Esperamos que esta publicação possa contribuir para que a Aprendizagem ao Longo da Vida seja cada vez mais assumida como paradigma orientador da estruturação do sistema de educação e formação, alargando etapas e grupos alvo, contextos e metodologias, através do vivido.

